

SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS **COMISSÃO DE LICITAÇÕES**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 - PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º 82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET Objeto: Registro de Preços para fornecimento parcelado de Medicamentos provenientes de **Mandados Judiciais** PROCESSO LICITATÓRIO Nº 367/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017 Razão Social **CNPJ** Inscrição Estadual Endereço Número Bairro Cidade Estado **CEP** E-mail **Telefone Fax** Pessoa para contato Recebemos, através de acesso a página www.cerquilho.sp.gov.br nesta data, cópia do Edital da licitação acima identificada. Local: _____, ____ de __ de 2017 (Assinatura)

IMPORTANTE: Visando a comunicação futura entre esta Prefeitura Municipal com as empresas participantes, solicito a gentileza de preencher o recibo de retirada de Edital e remeter ao Departamento de Licitações por meio do fax (15) 3284-2313 ou pelo e-mail **compras@cerquilho.sp.gov.br** O não envio do recibo exime o Departamento de Licitações da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

(Nome)

Recomendamos, ainda, consultas à referida página <u>www.cerquilho.sp.gov.br</u> para eventuais comunicações e ou esclarecimentos disponibilizados acerca do processo licitatório.



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 - PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

PREÂMBULO

Aldomir José Sanson, Prefeito Municipal de Cerquilho, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER a todos que virem este Edital, ou dele tiverem conhecimento, que se acha aberto no Departamento de Compras desta Prefeitura, sito à Rua Engenheiro Urbano Pádua de Araújo, 28 – Centro, o PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, regida pela Lei nº 10.520/2002, Lei Federal N.º 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 2.394/2009 e legislação aplicável no que couber, bem como pelo estabelecido neste Edital.

O PREGÃO será conduzido pelo PREGOEIRO, auxiliado pela EQUIPE DE APOIO, conforme designação contida nos autos do processo.

O PREGÃO será realizado dia **27 de outubro de 2017** com início da sessão às **08h30min**, na Rua Engenheiro Urbano Pádua de Araújo, 28 — Centro, na cidade de Cerquilho/ SP, CEP 18520-000, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal.

Integram este Edital:

Anexo I - Especificação dos Medicamentos

Anexo II – Modelo da Proposta

Anexo III - Modelo de Credenciamento

Anexo IV - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação

Anexo V - Modelo Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo VI – Declaração de Regularidade Perante o Ministério do Trabalho

Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços

I – OBJETO

1.1 Registro de Preços com finalidade de aquisição parcelada de medicamentos para atender aos mandados judiciais descritos abaixo e conforme consta do Anexo I, para a Assistência Farmacêutica Municipal.

1.2 Dos Processos:

| | 1.2 2 05 110 00 55 05. | | | | | | | | |
|----|---------------------------|----|---------------------------|----|---------------------------|--|--|--|--|
| | PROCESSOS №. | | | | | | | | |
| 1 | 1002027-57.2016.8.26.0137 | 18 | 1001299-16.2016.8.26.0137 | 35 | 1000130-91.2016.8.26.0137 | | | | |
| 2 | 1002347-10.2016.8.26.0137 | 19 | 0001261-89.2014.8.26.0137 | 36 | 0000284-97.2014.8.26.0137 | | | | |
| 3 | 1002061-32.2016.8.26.0137 | 20 | 137.01.2012.002410-8 | 37 | 0000913-08.2013.8.26.0137 | | | | |
| 4 | 1000151-04.2015.8.26.0137 | 21 | 137.01.2010.004119-3 | 38 | 0001223-14.2013.8.26.0137 | | | | |
| 5 | 1001880-31.2016.8.26.0137 | 22 | 137.01.2010.0043338-7 | 39 | 3003264-97.2013.8.26.0137 | | | | |
| 6 | 0000714-44.2017.8.26.0137 | 23 | 0000363-42.2015.8.26.0137 | 40 | 3000659-81.2013.8.26.0137 | | | | |
| 7 | 137.01.2010.003180-9 | 24 | 0000526-56.2014.8.26.0137 | 41 | 1000319-35.2017.8.26.0137 | | | | |
| 8 | 1000804-06.2015.8.26.0137 | 25 | 0003915-20.2012.8.26.0137 | 42 | 137.01.2010.002946-1 | | | | |
| 9 | 3001553-57.2013.8.26.0137 | 26 | 1000862-09.2015.8.26.0137 | 43 | 1000025-51.2015.8.26.0137 | | | | |
| 10 | 1583/2006 | 27 | 1000978-78.2016.8.26.0137 | 44 | 137.01.2011.002938-1 | | | | |
| 11 | 100518-91.2016.8.26.0137 | 28 | 137.01.2011.000090-0 | 45 | 137.01.2012.001235 | | | | |



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 - PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º 82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

| 12 | 0001737-93.2015.8.26.0137 | 29 | 1000734-86.2015.8.26.0137 | 46 | 116-40.2015.8.26.0137 |
|----|---------------------------|----|---------------------------|----|---------------------------|
| 13 | 0001101-64.2014.8.26.0137 | 30 | 0000908-15.2015.8.26.0137 | 47 | 1000218-32.2016.8.26.0137 |
| 14 | 0003291-75.2012.8.26.0137 | 31 | 1002375-75.2016.8.26.0137 | 48 | 1000519-42.2017.8.26.0137 |
| 15 | 0001369-21.2014.8.26.0137 | 32 | 0001814-39.2014.8.26.0137 | 49 | 0001432-41.2017.8.26.0137 |
| 16 | 0001234-77.2012.8.26.0137 | 33 | 1002139-26.2016.8.26.0137 | 50 | 1001034-14.2016.8.26.0137 |
| 17 | 137.01.2010.0044305-8 | 34 | 3003018-04.2013.8.26.0137 | 51 | 1001740-60.2017.8.26.0137 |

- 1.3 A licitante vencedora detentora da ata comprometer-se-á entregar os medicamentos no máximo em 05 (cinco) dias úteis após a emissão do Pedido de Compras (Autorização de Fornecimento) na Farmácia Municipal da Policlínica Municipal, localizada na Av. Corradi II, 200 Subsolo Centro, das 07h30min às 16h00min. Os referidos itens serão conferidos e, se achados irregulares, devolvidos a empresa, que terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para substituir os medicamentos rejeitados.
- 1.4 A despesa total está estimada em R\$ 448.766,56 (quatrocentos e quarenta e oito mil, setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) e onerará os recursos orçamentários e financeiros das seguintes dotações orçamentárias, consignada aos orçamentos vigentes: 10.301.0004-3.3.90-30 Material de Consumo Fonte de Recursos: 1 (Próprio), 2 (Estado), 5 (Federal) Fundo Municipal da Saúde.

II – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.
- 2.2 Será vedada a participação:
- 2.2.1 De empresas estrangeiras que não funcionem no País, de interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 2.2.2 De empresas que tenham sido declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;
- 2.2.3 De empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações;
- 2.2.4 De empresas que estejam impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02;
- 2.2.5 De empresas (matriz ou filial) que estejam em débito com a Fazenda Municipal de Cerquilho, em atendimento ao Art. 76 da Lei Municipal 510/09; que trata ser o Código Tributário Municipal.

III - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 Por ocasião da fase de credenciamento das licitantes deverão ser apresentados o que segue:
- 3.1.1 Quanto aos representantes:



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º 82

- a) Tratando-se de Representante Legal, que ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, este deverá apresentar cópia do instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devidamente autenticada em cartório ou por servidor da Administração Pública ou por publicação em órgão de imprensa oficial;
- b) Tratando-se de <u>Procurador</u>, deverá apresentar instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas do Pregão, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar o Instrumento Constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem "a";
- c) O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;
- d) A licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação irregular, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor recurso ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço;
- e) Será permitida a participação de empresa que não credenciar representante, desde que atenda a todas as exigências previstas neste Edital, devendo encaminhar os envelopes "Proposta" e "Documentação" <u>e fora dos envelopes apresentar</u> a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação e Declaração de Microempresa ou Empresa De Pequeno Porte (esta quando for o caso), diretamente na sessão pública, ou por meio postal ou outro, nos termos do item 4.1.
- f) Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários;
- g) Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- 3.1.2 Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:
 - a) **Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação** e inexistência de fato impeditivos à participação, que deverá ser apresentada **FORA** dos envelopes "Proposta" e "Habilitação" (modelo Anexo IV).
- 3.1.3 Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º 82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

a) **Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar n.º 123/06, que deverá ser apresentada **FORA** dos envelopes "Proposta" e "Habilitação" (modelo Anexo V).

IV - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES "PROPOSTA" (Nº 01) E "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" (Nº 02)

4.1 Deverão ser apresentados na sessão às **08h30min do dia 27/10/2017**, os envelopes lacrados, respectivamente "PROPOSTA" (envelope nº 01) e "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" (envelope nº 02), e <u>fora</u> dos envelopes a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação e, quando for o caso, também a Declaração de ME ou EPP; contendo os envelopes, em sua parte externa, os seguintes dizeres:

Prefeitura Municipal de Cerquilho Pregão Presencial n.º 51/2017 PROPOSTA "Razão Social da Licitante" Prefeitura Municipal de Cerquilho Pregão Presencial n.º 51/2017 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO "Razão Social da Licitante"

4.2 Os documentos constantes dos envelopes deverão ser apresentados em 01 (uma) via, redigida com clareza, sem rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise, sendo a proposta apresentada em uma única via, datada e assinada de forma identificável (sobre o carimbo ou equivalente) na última folha pelo representante legal ou pelo Procurador.

V – CONTEÚDO DA PROPOSTA

- 5.1 A Proposta deverá ser apresentada em uma via, preferencialmente, conforme o Anexo II Modelo da Proposta, contendo:
 - 5.1.1 Dados do licitante, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), estes dois últimos se houver, para contato; data e assinatura de forma identificável na última folha pelo representante legal da licitante ou procurador;
 - 5.1.2 Descrição detalhada do objeto do Pregão, discriminando as características do produto cotado, em conformidade com as especificações contidas no Anexo I Especificação do Objeto; sendo a descrição precisa, sem rasura, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado por item.
 - 5.1.3 A MARCA (medicamentos de referência e similar) e o fabricante do item cotado.
 - 5.1.4 Preço unitário e total do item, em moeda corrente nacional;
 - 5.1.4.1 O preco unitário não deverá ultrapassar três casas decimais após a vírgula (0,000);
 - 5.1.4.2 No caso de divergência entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o valor unitário, para efeitos de julgamento;
 - 5.1.4.3 Nos preços propostos deverão estar incluídas todas as despesas incidentes sobre o objeto da licitação (incidências fiscais, tributárias, trabalhistas, previdenciárias, gastos com frete, transporte, pedágio e/ou demais encargos).



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

- 5.1.4.4 Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos, não sendo aceito pleitos de acréscimos a qualquer título.
- 5.1.5 As propostas deverão obedecer a ordem dos itens idêntica à estabelecida no Anexo I deste Edital. Deverão constar na proposta, preferencialmente, somente os itens que forem cotados, colocando o número do item correspondente ao constante do Anexo I;
- 5.1.6 Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua apresentação;
- 5.1.7 Prazo de entrega dos medicamentos, que deverá ser de até 05 (cinco) dias a contar do recebimento do Pedido de Compras;
- 5.1.8 Banco, agência e número de conta corrente para depósito bancário do pagamento, caso seja a vencedora do certame.
 - 5.1.8.1 A não indicação solicitada no item 5.1.8 não desclassificará a licitante
- 5.1.9 Declaração impressa na proposta de que os produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas no Anexo I deste edital;
- 5.1.10 Declaração impressa na proposta de que o preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos referente ao objeto licitado.

5.2 A simples participação neste certame implica:

- 5.2.1 Que a licitante vencedora se compromete a efetuar a entrega dos medicamentos no preço e prazo de sua proposta final;
- 5.2.2 Que o prazo de entrega será de 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento do Pedido de Compras, sob pena das sanções cabíveis;
- 5.2.3 Que o prazo da validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura;
- 5.2.4 Que a empresa está ciente que os medicamentos fornecidos pela empresa vencedora atende à todas as exigências editalícias e da legislação aplicável ao caso, incluindo todas as licenças e autorizações necessárias.
- 5.2.5 Que as licitantes estão cientes que será exigido das empresas vencedoras, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do término da sessão, os seguintes documentos, sob pena de decair o direito à contratação e sob pena das sanções cabíveis:
- a) Certificado de Registro do Produto emitido pela ANVISA ou cópia da publicação no "DOU", devendo fazer referência ao respectivo item cotado conforme especificações do Anexo I.
- a1) Caso o prazo de validade do registro esteja vencido ou expire dentro do período de vigência do contrato, deverá ser apresentado Certificado de Registro, ou cópia da publicação no "DOU" acompanhado do pedido de revalidação, datado do semestre anterior ao do vencimento.
 - b) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle BPFeC junto ao órgão competente ANVISA, com publicação no DOU.
 - b1) Caso o prazo de validade esteja vencido, deverá ser apresentada cópia da publicação no "DOU" acompanhado do pedido de revalidação, datado do semestre anterior ao do vencimento.



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 - PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º 82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

VI - CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1 O envelope nº 02 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" deverá conter, obrigatoriamente os documentos a seguir relacionados, que poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração Pública ou publicação em órgão de imprensa oficial, em apenas 01 (uma) via.
 - 6.1.1 A aceitação da documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original para a devida autenticação, na mesma sessão pública.
 - a) Exclui-se da obrigatoriedade de apresentar o original, os documentos dispostos em sítios oficiais.
 - b) Os documentos expedidos via Internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades / validades comprovadas por parte do Pregoeiro.
 - c) O Pregoeiro não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação.
 - d) Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a inabilitação do licitante.
 - d1) Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos efetivamente entregues da habilitação, poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, sendo vedada a apresentação de documentos novos.
 - 6.1.2 Os documentos apresentados por qualquer proponente, se expressos em língua estrangeira, deverão ser autenticados por autoridade brasileira no país de origem e traduzidos para o português por tradutor público juramentado.
 - 6.1.3 Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições / emissões não ultrapassem a 180 (cento e oitenta) dias da data final para a entrega dos envelopes.
 - 6.1.4 Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.2 Documentos relativos à habilitação jurídica, que deverão estar de acordo com o artigo 28 da Lei Federal N.º 8.666/93 e suas alterações:
 - a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
 - b) Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da Lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores;
 - c) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Observação: Todos os documentos acima relacionados deverão ser apresentados acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor. Caso os



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

mesmos já tenham sido apresentados para credenciamento neste Pregão, não precisarão constar no envelope "Documentos de Habilitação".

- 6.3 Documentos para comprovação de regularidade fiscal, que deverão estar de acordo com o artigo 29 da Lei Federal N.º 8.666/93 e suas alterações:
 - a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), quando se tratar de pessoa física;
 - b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual Inscrição Estadual, se houver, ou Municipal, relativa à sede da empresa licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do Edital;
 - c) Prova de Regularidade para as Fazendas Municipal e Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
 - **c1**) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, com a Fazenda Municipal (**Tributos Mobiliários**), em validade, relativa à sede da licitante;
 - c2) Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Estadual, da sede ou domicílio do Licitante ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;
 - d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
 - e) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **FGTS**, emitido pela Caixa Econômica Federal, em validade, que deverá estar de acordo com o artigo 2º, da Lei Federal N.º9.012, de 30/03/95.
 - f) Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º5.452, de 1º de maio de 1943.
- 6.4 Documento relativo à qualificação econômico-financeira, que deverá estar de acordo com o artigo 31 da Lei Federal N.º 8.666/93 e suas alterações:
 - a) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, quando se tratar de pessoa física, em data não anterior a 180 (cento e oitenta) dias contados da data de abertura do envelope com a proposta, se outro prazo não constar do documento, de acordo com o artigo 31, inciso II, da Lei Federal N.º 8.666/93 e suas alterações.

6.5 Outros documentos:

- a) Declaração da Licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo Apexo VI
- 6.6 Documento relativo à qualificação técnica, que deverá estar de acordo com o artigo 30 da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações:



dos Tropeiros

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º 82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

- a) **Licença Sanitária**, expedido pelo órgão Estadual, Municipal ou Federal responsável pelo controle sanitário do comércio dos produtos correlatos que são exercidos pelos interessados, de conformidade com o objeto desta licitação dentro do prazo de validade, devendo ser apresentada cópia autenticada ou original para conferência na sessão;
- b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE).
- c) Autorização Especial, quando a licitante matriz e/ou filial cotar preço para os medicamentos sujeitos a controle especial, medicamentos relacionados na Portaria SVS/MS n.º 344/98, observadas as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA;
 - c1) A licitante que for empresa distribuidora dos medicamentos relacionados na citada Portaria SVS/MS n.º 344/98, também deverá apresentar cópia autenticada da Autorização Especial da empresa titular do registro, inclusive da filial, se for o caso.
- d) Registro ou Inscrição no Conselho Regional de Farmácia CRF.
- 6.7 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte **que optar pela fruição** dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06, alterada pela Lei 147/14, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 6.8 A restrição de algum dos documentos supracitados decairá na INABILITAÇÃO da licitante, salvo se a empresa se enquadrar na Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei 147/2014.

VII – CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL

- 7.1 O Edital completo está disponível no sítio da Prefeitura Municipal de Cerquilho www.cerquilho.sp.gov.br e poderá ser consultado por qualquer interessado na Rua Eng. Urbano P. Araújo, 28 Centro na cidade de Cerquilho/SP, durante o expediente normal do órgão licitante, das 11:00 às 17:00 horas, até a data e horário aprazados para recebimento dos documentos e dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".
- 7.2 Para conhecimento de todos, expede-se o presente Edital que será afixado no Paço Municipal, e seu resumo será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e em jornal de grande circulação (Diário de Sorocaba).

VIII – ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

- 8.1 É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimento e/ou impugnação sobre o ato convocatório e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.
- 8.2 Os interessados poderão solicitar esclarecimentos preferencialmente através do e-mail compras@cerquilho.sp.gov.br até o prazo indicado no item 8.1.
- 8.3 As eventuais impugnações contra este Edital deverão ser dirigidas a autoridade competente, protocoladas diretamente no Setor de Protocolos desta Prefeitura Municipal, na forma, nos prazos e com os efeitos estabelecidos em Lei. Admite-se impugnação por intermédio de e-mail, ficando a validade do procedimento condicionada à protocolização do original no prazo indicado no item 9.1.
- 8.4 Os esclarecimentos prestados e as decisões sobre eventuais impugnações serão disponibilizados na página da internet: www.cerquilho.sp.gov.br



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º 82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

8.5 Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores deste Município, inclusive membros da Comissão Permanente Municipal de Licitações, não serão considerados nem aceitos para reclamações, impugnações ou reivindicações por parte dos licitantes. Informações e esclarecimentos sobre o Edital deverão ser feitos por escrito, conforme prazo estabelecido pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

IX – ABERTURA DAS PROPOSTAS

- 9.1 Compete ao Pregoeiro proceder à abertura dos envelopes "PROPOSTA", conservando intactos os envelopes "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" e sob guarda do Pregoeiro / Órgão licitante.
- 9.2 O Pregoeiro examinará as propostas, sempre levando em conta às exigências fixadas no item IV e V, além de examinar o objeto ofertado em conformidade com as especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos.
- 9.3 Definidas as propostas que atendam as exigências, envolvendo o objeto e o valor, o Pregoeiro elaborará a classificação preliminar das mesmas, sempre em obediência ao critério do menor preço.
- 9.4 Serão desclassificadas as propostas que deixarem de atender quaisquer das exigências preconizadas, apresentarem rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise, ofereça vantagem não prevista neste Edital, que apresente preço(s) manifestamente inexequível(is) ou apresente preço(s) simbólico(s) ou de valor(es) zero.
- 9.5 Para efeito de oferecimento de lances verbais, o Pregoeiro selecionará, sempre com base na classificação provisória, a proponente que tenha apresentado a proposta de menor preço e todas aquelas que hajam oferecido propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) àquela de menor preço.
 - 9.5.1 Não havendo, pelo menos, 3 (três) propostas em conformidade com a previsão estabelecida no subitem 9.5, o Pregoeiro selecionará, sempre com base na classificação provisória, a melhor proposta e as duas propostas imediatamente superiores, quando houver, para que suas proponentes participem dos lances quaisquer que tenham sido os preços oferecidos nas propostas, observada a previsão estampada no subitem 9.5.2.
 - 9.5.2 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, observar-se-ão, também para efeito da definição das proponentes que poderão oferecer lances, as seguintes regras:
 - a) proposta de menor preço e todas as outras cujos valores sejam superiores até 10% (dez por cento) àquela de menor preço, devendo existir, nesta situação, no mínimo, 3 (três) propostas válidas para a etapa de lances, conforme previsto no subitem 9.5, <u>ou</u>
 - b) todas as propostas coincidentes com um dos 3 (três) menores valores ofertados, se houver.
 - 9.5.3 Na hipótese da ocorrência das previsões colacionadas no subitem 9.5.2 alíneas "a" e "b", para efeito do estabelecimento da ordem de classificação provisória das proponentes empatadas, a correspondente definição será levada a efeito por meio de sorteio; cabe à vencedora do sorteio definir o momento em que oferecerá oferta.
 - 9.5.4 Havendo uma única proponente ou tão somente uma única proposta válida, o Pregoeiro poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do Pregão, ou pela repetição do Pregão, ou ainda, dar prosseguimento ao Pregão, condicionado, em todas as hipóteses, à inexistência de prejuízos ao órgão licitante.



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 - PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º 82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

X – OFERECIMENTO / INEXISTÊNCIA DE LANCES VERBAIS

- 10.1 O Pregoeiro convidará individualmente as proponentes classificadas para oferecimento de lances verbais, de forma seqüencial, a partir da proponente da proposta de maior preço e as demais em ordem decrescente de valor, sendo que a proponente da proposta de menor preço será a última a oferecer lance verbal. Havendo propostas escritas empatadas, a ordem seqüencial de convocação para lances é a decrescente de credenciamento.
- 10.2 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.
- 10.3 Quando convocados pelo Pregoeiro, a desistência da proponente de apresentar lance verbal implicará na exclusão da etapa de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para a classificação final.
- 10.4 A etapa de oferecimento de lances verbais terá prosseguimento enquanto houver disponibilidade para tanto por parte das proponentes.
- 10.5 O encerramento da etapa de oferecimento de lances verbais ocorrerá quando todas as proponentes declinarem da correspondente formulação.
- 10.6 Declarada encerrada a etapa de oferecimento de lances e classificadas as propostas na ordem crescente de valor, incluindo aquelas que declinaram do oferecimento de lance(s), sempre com base no último preço / lance apresentado, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do valor daquela de menor preço, ou seja, da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito, sem prejuízo da aplicação do instituto da preferência da ME ou EPP, consoante estabelecido neste Edital.
- 10.7 O Pregoeiro decidirá motivadamente pela negociação com a proponente de menor preço, para que seja obtido preço melhor.
- 10.8 Na hipótese de não realização de lances verbais, o Pregoeiro verificará a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 10.9 Ocorrendo a previsão delineada anteriormente, e depois do exame da aceitabilidade do objeto e do preço, também é facultado ao Pregoeiro negociar com a proponente da proposta de menor preço, para que seja obtido preço melhor.
- 10.10 Havendo propostas ou lances, conforme o caso, de microempresa ou empresa de pequeno porte, com intervalo de até 5% (cinco por cento) superiores à licitante melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do art. 44, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para oferecer proposta.
 - 10.10.1 O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 10.11 Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta / lance inferior pela microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o caso, no prazo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento de lances a contar da convocação do Pregoeiro, ocorrerá a preclusão e a contratação da proposta originalmente mais bem classificada, ou revogação do certame.
- 10.12 O instituto da preferência da contratação no exame das propostas previsto no presente edital, somente se aplicará na hipótese da proposta inicial não ter sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Havendo equivalência de valores no intervalo estabelecido no



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º 82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

subitem 10.10 será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta.

- 10.13 O Pregoeiro pode solicitar a demonstração da exequibilidade dos preços propostos após o término da fase competitiva e, ao mesmo tempo, o proponente de menor preço tem o dever de portar informações acerca dos custos (planilhas e demonstrativos) em que incorrerá para o atendimento do objeto do Pregão, suficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço que apresentar.
- 10.14 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da sua proponente, facultando-lhe o saneamento da documentação de natureza declaratória na própria sessão.
- 10.15 Para efeito do saneamento, a correção da(s) falha(s) formal(is) poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública. O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 10.16 A restrição quanto a regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte não é um fator impeditivo para a declaração de vencedora, ficando concedido um prazo de 05 (cinco) dias para sua regularização, a contar do momento em que a licitante é declarada vencedora.
- 10.17 A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 10.16, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das sanções previstas na cláusula XIII do ato convocatório, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4°, inciso XXIII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 10.18 Constatado o atendimento das exigências habilitatórias previstas no Edital, a proponente será declarada vencedora.
- 10.19 Se a oferta não for aceitável ou se a proponente desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, decidindo sobre sua aceitabilidade quanto ao preço, no caso de oferecimento de lances, ou quanto ao objeto e preço, na hipótese de não realização de lances verbais, observadas as previsões estampadas nos subitens antecedentes.
- 10.20 Sendo a proposta aceitável, o Pregoeiro verificará as condições de habilitação da proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja proponente atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedora, observando-se igualmente as previsões estampadas ns subitens antecedentes.

XI – DOS RECURSOS

- 11.1 Havendo intenção de interposição de recurso contra qualquer etapa do Pregão, a proponente interessada deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito, procedendo-se, inclusive, o registro das razões em ata, juntando memorial no prazo de 3 (três) dias, a contar da ocorrência.
- 11.2 As razões de recurso deverão ser protocolizadas, no prazo supra, junto ao Setor de Protocolos na Sede da Prefeitura Municipal de Cerquilho, nos dias úteis das 11h00min às 16h00min, sob pena de configurar-se a desistência da intenção de recurso manifestada na sessão pública.
- 11.2 As demais proponentes ficam, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do RECORRENTE.



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 - PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º 82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

- 11.3 Após o decurso do prazo estabelecido, o Pregoeiro analisará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente para decisão.
- 11.4 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte das proponentes, importará na decadência do direito de recurso, competindo ao Pregoeiro adjudicar o objeto do certame às proponentes vencedoras.
- 11.5 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 11.6 Existindo recurso e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do mesmo, a autoridade competente deve praticar o ato de homologação do objeto do certame e determinar a convocação dos beneficiários para a assinatura do Contrato.

XII – DA ATA DE REGISTRO E CONTRATAÇÃO

- 12.1 A Ata de Registro de Preços deverá registrar o(s) preço(s) e o(s) fornecedor(es) do(s) produto(s), com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições que serão observadas nas futuras contratações.
- 12.2 A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelos eventuais beneficiários no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a partir da homologação. A proponente que deixar de fazê-lo no prazo estabelecido, dela será excluída, caracterizando o descumprimento total da obrigação, ficando sujeito às sanções cabíveis e previstas em Lei. A Ata de Registro de Preços ficará disponível para assinatura no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Cerquilho.
- 12.3 Colhidas as assinaturas, esta Prefeitura providenciará a imediata publicação da Ata e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata a parte final do item 12.4.
- 12.4 A Ata de Registro de Preços terá vigência por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
- 12.5 A existência de preços registrados não obriga esta Prefeitura a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.
- 12.6 Assegurado o contraditório e a ampla defesa, o fornecedor do bem terá seu Registro de Preços cancelado quando:
 - 12.6.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - 12.6.2 Recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido por esta Prefeitura, sem justificativa aceitável;
 - 12.6.3 Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - 12.6.4 For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
 - 12.6.5 For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; e nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 12.7 Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 - PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º 82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

- 12.8 Os fornecedores incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a fornecer, nas condições do ato convocatório, respectivos anexos e na própria Ata.
- 12.9 Os pedidos de fornecimento ocorrerão de acordo com as necessidades desta Prefeitura e por meio da emissão do Pedido de Compras.
- 12.10 Quando a vencedora do certame, DECLARAR NA SESSÃO, se tratar de microempresa ou empresa de pequeno porte, enquadrada na Lei Complementar 123/2006, esta deverá apresentar a devida comprovação de regularidade para fins de contratação com esta Prefeitura, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3°, da Lei Complementar nº 123/06; no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do término da sessão,
 - a) a participação nas condições previstas no item 12.3 implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no parágrafo quarto, do artigo 3°, da Lei Complementar nº 123/06.

XIII - ENTREGA / RECEBIMENTO DO OBJETO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 13.1 O objeto deste Pregão deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, nos exatos termos das contratações, sem qualquer despesa adicional, na Policlínica Municipal, Setor da Assistência Farmacêutica Municipal CAFI, sito à Av. Corradi II, 200 Subsolo Centro, das 07h30min às 16h00min, nos dias úteis.
- 13.2 A entrega dos produtos será feito pela licitante vencedora com <u>entrega parcial</u> em <u>05 (cinco) dias</u> a contar do recebimento do Pedido de Compras Autorização de Fornecimento.
- 13.3 As entregas serão nos termos do art. 73 e seguintes da Lei 8666/93.
- 13.4 A licitante vencedora sujeitar-se-á à fiscalização dos produtos no ato da entrega, reservando-se à Prefeitura Municipal o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.
- 13.5 Correrão por conta da licitante vencedora todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.
- 13.6 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão das Notas Fiscais, devidamente atestadas pela unidade competente, e será feito somente através da conta corrente da licitante vencedora, valendo como recibo o comprovante de depósito.
- 13.7 A adjudicatária deverá comprovar, no momento da entrega dos medicamentos, a identidade e qualidade de cada lote, mediante laudo técnico de análise dos medicamentos, emitidos pelo fabricante/detentor do registro e/ou laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analítico-Certificadores em Saúde REBLAS. O laudo de Análise deve ser apresentado para cada lote a ser fornecido.
- 13.8 Os medicamentos deverão, em cumprimento ao disposto na Resolução SS-300, de 17/05/94, conter em suas embalagens, de forma visível, os seguintes dizeres: PRODUTO A VENDA NO COMÉRCIO.
- 13.9 O prazo de validade dos medicamentos deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de entrega.
- 13.10 Todos os medicamentos serão verificados quanto aos seguintes requisitos:



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º 82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

- a) Embalagem o medicamento deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde.
- b) Rotulagens e Bulas todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem ter constados, nos rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com a Legislação Sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.
- c) Responsável Técnico As embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada.
- d) Lote O número dos lotes deve estar especificado na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue.
- 13.11 Correrão por conta da licitante vencedora todas as despesas de seguros, transporte, pedágios, tributos, encargos trabalhistas e previdenciárias decorrentes da entrega do produto.

XIV - PENALIDADES: MULTAS E SANÇÕES

- 14.1 Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no artigo 7° da Lei Federal n° 10.520/02, demais penalidades legais e na Resolução n° 5, de 1° de Setembro de 1993 (alterada pela Resolução n° 3/08), que a Contratada detentora da Ata declara conhecer integralmente.
- 14.2 A Contratada detentora da Ata, que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Edital ficará sujeita às penalidades previstas no art. 7º da Lei 10.520/02, bem como aos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93.

XV – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1 Independentemente de declaração expressa, a apresentação da proposta implica na aceitação plena e total das condições e exigências deste Edital, na veracidade e autenticidade das informações constantes nos documentos apresentados, e ainda, na inexistência de fato impeditivo à participação da empresa bem como, da ciência de que deverá declará-lo quando ocorrido durante o certame.
- 15.2 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos em dia de expediente na Prefeitura.
- 15.3 A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito de qualquer indenização. Poderá também, alterar as condições, a qualquer tempo, no todo ou em parte, da presente licitação, dando ciência aos interessados na forma da legislação vigente.
- 15.4 O resultado deste certame, após decisão do Exmo. Sr. Prefeito Municipal será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS **COMISSÃO DE LICITAÇÕES**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 - PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

- 15.5 Informações adicionais poderão ser obtidas no Departamento de Compras da Prefeitura, à Rua Engenheiro Urbano Pádua de Araújo, 28 Centro, Cerquilho / SP, CEP 18520-000, e-mail compras@cerquilho.sp.gov.br, telefone (15) 3384-9111 ou fax (15) 3284-2313, das onze horas às dezessete horas, nos dias úteis.
- 15.6 Os casos omissos neste Edital de Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, com base na legislação vigente e princípios gerais de direito.
- 15.7 Fica eleito no foro da Comarca de Cerquilho, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente, e que não possa ser resolvida na esfera administrativa.

Cerquilho, 16 de outubro de 2017.

Aldomir José SansonPrefeito Municipal



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 - PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º 82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO DOS MEDICAMENTOS

OBSERVAÇÃO:

As licitantes vencedoras deverão apresentar para o Setor de Compras desta Prefeitura, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a adjudicação do objeto, os seguintes documentos, sob pena de decair à contratação e sob pena das sanções cabíveis:

- a) **Certificado de Registro do Produto** emitido pela ANVISA ou cópia da publicação no "DOU", devendo fazer referência ao respectivo item cotado conforme as especificações.
- a1) Caso o prazo de validade do registro esteja vencido, deverá ser apresentado Certificado de Registro, ou cópia da publicação no "DOU" acompanhado do pedido de revalidação, datado do semestre anterior ao do vencimento.
 - b) **Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle BPFeC** junto ao órgão competente ANVISA, com publicação no DOU.
 - b1) Caso o prazo de validade esteja vencido, deverá ser apresentada cópia da publicação no "DOU" acompanhado do pedido de revalidação, datado do semestre anterior ao do vencimento.

A) DESCRIÇÃO DOS MEDICAMENTOS

| Item | Produto | Descritivo | Unidade | Qtde. 12 meses | Valor Máximo Proposto para o Registro |
|------|------------------------------|---|------------------------|-------------------|---|
| 1 | Agulha para Caneta 12,7mm | AGULHA PARA CANETA 12,7MM BD. CAIXA COM 100 UNIDADES. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. | CAIXA COM 100 UNID. | 14 | R\$ 104,90 |
| 2 | Agulha para Caneta 5mm | AGULHA PARA CANETA 5MM BD. CAIXA COM 100 UNIDADES. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. | CAIXA COM 100 UNID. | 80 | R\$ 99,90 |
| 3 | Agulha para Caneta 8mm | AGULHA PARA CANETA 8MM BD. CAIXA COM 100 UNIDADES. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. | CAIXA COM 100 UNID. | 14 | R\$ 101,89 |
| 4 | Amato 100mg | AMATO 100MG. TOPIRAMATO 100MG.FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 60 COMPRIMIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 60 COMP | 25 | R\$ 76,57 |
| 5 | ARIPIPRAZOL 15MG | ARIPIPRAZOL 15MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS REVESTIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA C/ 30 CPR | 26 | R\$ 432,16 |



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º82

| 6 | ARTROLIVE 500/400MG | ARTROLIVE 500/400MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS REVESTIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA C/ 30 CPR | 40 | R\$ 49,89 |
|----|---|--|------------------------|-----|------------|
| 7 | Aspirina Prevent 100mg | ASPIRINA PREVENT 100MG.ÁCIDO ACETILSALICILICO 100MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS DE LIBERAÇÃO ENTÉRICA COM REVESTIMENTO RESISTENTE A ÁCIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 30 COMP | 30 | R\$ 10,25 |
| 8 | Atacand 8mg | ATACAND 8MG. CANDESARTANA 8MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 30 COMP | 30 | R\$ 79,55 |
| 9 | ATROPINA 0,5 % COLÍRIO | ATROPINA 0,5 % COLÍRIO. FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO CONTA GOTAS; VIA OCULAR. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | FRASCO 5ML | 30 | R\$ 5,88 |
| 10 | BACLOFENO 10mg | BACLOFENO 10MG. APRESENTAÇÃO EM CAIXA COM 20 COMPRIMIDOS. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 12 MESES E DENTRO DAS NORMAS VIGENTES DA ANVISA. | cx com 20cp | 100 | R\$ 14,36 |
| 11 | BROMOPRIDA SOL. ORAL | BROMOPRIDA SOL. ORAL. FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO SOL. ORAL 120ML; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | FRASCO 120ML | 40 | R\$ 13,46 |
| 12 | Cetaphil Loção Hidratante Restoraderm | CETAPHIL LOÇÃO HIDRATANTE RESTORADERM. FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO DE 295 ML. USO TÓPICO. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE | FRASCO COM 295ML | 75 | R\$ 144,90 |
| 13 | Cetaphil Sabonete Restoraderm | CETAPHIL SABONETE RESTORADERM. FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO PUMP DE 295 ML. USO TÓPICO. PRÁZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE | FRASCO COM 295ML | 75 | R\$ 44,99 |
| 14 | CLOBAZAM 10MG | CLOBAZAM 10MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS REVESTIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA C/ 30 CPR | 15 | R\$ 13,83 |
| 15 | Cloridrato de Venlafaxina 150mg | CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150 MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 28/30 CÁPSULAS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 28/30 CAP | 15 | R\$ 132,74 |



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

dos Trope¹^{co} PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º82

| | | CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 28/30 CÁPSULAS; VIA | | | |
|----|--------------------------------------|--|--------------------------|-----|--------------|
| 16 | Cloridrato de Venlafaxina 75mg | ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 28/30 CAP | 80 | R\$ 75,90 |
| 17 | Crestor 20mg | CRESTOR 20MG. ROSUVASTATINA CALCICA. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS REVESTIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 30 COMP | 15 | R\$ 184,61 |
| 18 | Diovan Amlo Fix 320/10mg | DIOVAN AMLO FIX 320/10MG. VALSARTANA 320MG + BESILATO DE ANLODIPINO 10MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS REVESTIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGÁ DO PRODUTO. | CAIXA COM 28COMP | 40 | R\$ 81,68 |
| 19 | DOMPERIDONA SUSPENSÃO ORAL | DOMPERIDONA SUSP. ORAL 1MG/ML. FORMA DE APRESENTACAO SUSPENSÃO ORAL DE 1MG/ML; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | FRASCO 100ML | 100 | R\$ 17,85 |
| 20 | Dysport 500 UI | DYSPORT 500 UI. Toxina botulínica tipo A 500 UI. APRESENTAÇÃO EM FORMA DE FRASCO/AMPOLA. PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL . PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | FRASCO/AMPOLA | 12 | R\$ 2.229,00 |
| 21 | EFEXOR XR 150MG | EFEXOR XR 150 MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 28/30 CÁPSULAS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA C/ 28 OU 30 CPS | 15 | R\$ 275,07 |
| 22 | FIBRA ALIMENTAR FIBER MAIS | FIBER MAIS. FIBRA ALIMENTAR SEM SABOR, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES E CALORIAS. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | LATA 260 GRAMAS | 12 | R\$ 90,10 |
| 23 | FLIXOTIDE SPRAY ORAL - 50 MCG | FLIXOTIDE SPRAY ORAL - 50 MCG. FORMA DE APRESENTACAO EM SPRAY ORAL; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | FRASCO | 14 | R\$ 83,77 |
| 24 | GLIMEPIRIDA 2MG | GLIMEPIRIDA 2MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA C/ 30 CPR | 100 | R\$ 16,03 |



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º82

| 25 | GLICOSAMINA 1,5G - SACHÊ | GLICOSAMINA 1,5G. FORMA DE APRESENTACAO EM SACHÈ DE 4 GRAMAS DE GLICOSAMINA DE 1,5G; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA C/30 SACHÊS | 12 | R\$ 77,08 |
|----|--|---|---------------------------|-----|------------|
| 26 | Glifage XR 1G | GLIFAGE XR 1GRAMA. METFORMINA 1000MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS DE AÇÃO PROLONGADA; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 30 COMP | 30 | R\$ 22,78 |
| 27 | Hydrea 500mg | HYDREA 500MG. HIDROXIURÉIA 500MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 100 CÁPSULAS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 100 CÁPSULAS | 9 | R\$ 122,43 |
| 28 | Indapen SR 1,5mg | INDAPEN SR 1,5MG. INDAPAMIDA 1,5MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 15 COMPRIMIDOS REVESTIDOS DE AÇÃO PROLONGADA; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 15 COMP | 30 | R\$ 15,18 |
| 29 | Insulina Asparte 100U/ml Sistema de Aplicação Descartável REF. NOVORAPID | INSULINA ASPARTE 100 UI/ML; FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO SISTEMA DE APLICACAO PREENCHIDO 3ML DESCARTAVEL; VIA DE ADMINISTRACAO SUBCUTANEA. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CANETA | 350 | R\$ 26,37 |
| 30 | Insulina Asparte 100Ul/ml Frasco 10 ml REF.: NOVORAPID | INSULINA ASPARTE 100 UI/ML; FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA 10ML; VIA DE ADMINISTRACAO SUBCUTANEA. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | FRASCO | 14 | R\$ 71,40 |
| 31 | Insulina Detemir 100U/ml Sistema de Aplicação Descartável Ref.: LEVEMIR | INSULINA DETEMIR 100 UI/ML; FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO SISTEMA DE APLICACAO PREENCHIDO COM CAPACIDADE DE3ML (DESCARTAVEL); VIA DE ADMINISTRACAO SUBCUTANEA. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CANETA | 200 | R\$ 55,76 |
| 32 | Insluina Glargina 100Ul/ml Sistema de Aplicação Descartável REF.: LANTUS SOLOSTAR | INSULINA GLARGINA 100 UI/ML; FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO SISTEMA DE APLICACAO PREENCHIDO 3ML DESCARTAVEL; VIA DE ADMINISTRACAO SUBCUTANEA. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CANETA | 350 | R\$ 85,81 |



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

dos Trope¹^{co} PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º82

| | | INSULINA GLARGINA 100UI/ML; FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE | | | |
|----|---|---|---------------------|-----|------------|
| 33 | Insluina Glargina 100Ul/ml Frasco 10 ml REF.: LANTUS | APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA 10ML; VIA DE ADMINISTRACAO SUBCUTANEA. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | FRASCO | 50 | R\$ 241,08 |
| 34 | Insulina Glulisina Frasco 10ml - Ref.: APIDRA | INSULINA GLULISINA 100 UI/ML; FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA 10ML; VIA DE ADMINISTRACAO SUBCUTANEA. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | FRASCO | 50 | R\$ 64,15 |
| 35 | Insulina Liraglutida 6mg/ml Sistema de Aplicação Descartável REF.: VICTOZA | INSULINA LIRAGLUTIDA 6 MG/ML; FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO CARPULE 3ML + SISTEMA DE APLICACAO DESCARTAVEL; VIA DE ADMINISTRACAO VIA SUBCUTANEA. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CANETA | 80 | R\$ 147,95 |
| 36 | Insulina Lispro 100U/ml Sistema de Aplicação Descartável REF.: HUMALOG | INSULINA LISPRO 100 UI/ML; FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO SISTEMA DE APLICACAO PREENCHIDO 3ML DESCARTAVEL; VIA DE ADMINISTRACAO SUBCUTANEA. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CANETA | 200 | R\$ 25,17 |
| 37 | Insulina Lispro 100Ul/ml Frasco 10 ml REF. HUMALOG | INSULINA LISPRO 100 UI/ML; FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA 10ML; VIA DE ADMINISTRACAO SUBCUTANEA. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | FRASCO | 20 | R\$ 68,69 |
| 38 | Janumet 50/500mg | JANUMET 50/500MG. SITAGLIPTINA 50MG + METFORMINA 500MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 56 COMPRIMIDOS REVESTIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 56COMP | 15 | R\$ 134,58 |
| 39 | KEPPRA 100MG/ML | KEPPRA 100MG/ML. FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO DE 150ML; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | FRASCO 150ML | 8 | R\$ 66,97 |
| 40 | LACRIBELL COLÍRIO | LACRIBELL COLÍRIO. FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO CONTA GOTAS; VIA OCULAR. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | FRASCO 15ML | 10 | R\$ 10,23 |



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

dos Trope¹^{co} PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º82

| 41 | LAMICTAL 100MG - DISPERSÍVEL | LAMICTAL 100MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS DISPERSÍVEIS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA C/ 30 CPR DISPERSÍVEL. | 14 | R\$ 185,68 |
|----|---------------------------------------|---|---|----|--------------|
| 42 | Lamitor 100mg | LAMITOR 100MG. LAMOTRIGINA 100MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 30 COMP | 50 | R\$ 49,92 |
| 43 | LAMOTRIGINA 25MG | LAMOTRIGINA 25MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA C/ 30 CPR | 55 | R\$ 18,39 |
| 44 | LEUCOGEN - SOLUÇÃ ORAL - XAROPE | LEUCOGEN. FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO DE 120ML - XAROPE; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | FRASCO 120ML | 12 | R\$ 63,46 |
| 45 | Lipanom Retard 250mg | LIPANON RETARD 250MG. FENOFIBRATO 250MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 CÁPSULAS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 30 CAP | 20 | R\$ 54,20 |
| 46 | LOSEC MUPS 20MG | LOSEC MUPS 20MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIIXA COM 28 COMPRIMIDOS | 14 | R\$ 195,70 |
| 47 | Lucentis | LUCENTIS. RANIBIZUMABE FORMA DE APRESENTACAO EM EMBALAGEM COM UN FRASCO/AMPOLA CONTENDO 2,3MG DE RANIBIZUMABE EM 0,23ML DE SOLUÇÃO, UMA AGULHA COM FILTRO PARA RETIRADA DO CONTEUDO, UMA AGULHA PARA INJEÇÃO INTRAVÍTREA E UMA SERINGA PARA RETIRADA DO CONTEÚDO DO FRASCO E PARA INJEÇÃO INTRAVÍTREA. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | EMBAL. COM 1 FR/AMP + AGULHA + SERINGA | 12 | R\$ 3.027,48 |
| 48 | LUVOX 100MG | LUVOX 100MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS REVESTIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA C/ 30 CPR | 14 | R\$ 130,94 |



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

dos Trope¹^{co} PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º82

| 49 | Menelat 30mg | MENELAT 30MG. MIRTAZAPINA 30MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 30 COMP | 20 | R\$ 128,98 |
|----|-----------------------------------|--|-------------------------|----|------------|
| 50 | Metri 1000mg | METRI 1000MG. ÁCIDO NICOTINICO 1000MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS REVESTIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 30 COMP | 40 | R\$ 44,86 |
| 51 | Micofenolato de Mofetila 500mg | MICOFENOLATO DE MOFETILA 500MG. MICOFENOLATO DE MOFETILA 500MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 50 COMPRIMIDOS REVESTIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 50 COMP | 40 | R\$ 327,49 |
| 52 | Mimpara | MIMPARA 30MG. CINACALCETE 30MG FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS REVESTIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 30 COMP | 30 | R\$ 552,43 |
| 53 | MINILAX - SOLUÇAO RETAL | MINILAX. FORMA DE APRESENTACAO EM BISNAGA PARA PRONTO USO DE 6,5G. EM CAIXA COM 7 BISNAGAS DE 6,5G; VIA RETAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 7 UNIDADES | 60 | R\$ 20,83 |
| 54 | MIOFLEX -A | MIOFLEX-A. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 16 COMPRIMIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA C/ 12 CPR | 50 | R\$ 10,,94 |
| 55 | MIOSAN 5mg | MIOSAN. CICLOBENZAPRINA 5mg. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA C/ 30 CPR | 40 | R\$ 29,23 |
| 56 | MOBILITY | MOBILITY. COLÁGENO HIDROLISADO. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 SACHES DE 10 GRAMAS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA C/ 30 SACHES | 14 | R\$ 796,95 |
| 57 | MONTELUCASTE 4MG | MONTELUCASTE 4MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA C/ 30 CPR | 14 | R\$ 66,43 |



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º82

| | 1 | | , | | |
|----|--------------------------------|--|---|-----|------------|
| 58 | MUD CREME TOPICO | MUD CREME. FORMA DE APRESENTACAO EM BISNAGA DE 10 GRAMAS; VIA TÓPICO. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | TUBO 10 GRAMAS | 60 | R\$ 8,60 |
| 59 | MUPIROCINA POMADA 20MG/G | MUPIROCINA POMADA 20MG/G. FORMA DE APRESENTACAO EM BISNAGA DE 15 GRAMAS; VIA TÓPICO. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | TUBO 15 GRAMAS | 60 | R\$ 20,41 |
| 60 | NEULEPTIL 4% | NEULEPTIL 4%. FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO CONTA GOTAS DE 20ML; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | FRASCO 20ML | 10 | R\$ 11,33 |
| 61 | ONCO BCG | ONCO BCG. FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO/AMPOLA CONTENDO 40MG DE BCG LIOFILIZADO; VIA INTRAVESICAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGÁ DO PRODUTO. | FRASCO/AMPOLA 40MG DE BCG LIOFILIZADO | 50 | R\$ 272,49 |
| 62 | Phosfoenema | PHOSFOENEMA . Fosfato de Sódio Monobásico + Fosfato de Sódio Dibásico. FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO PLÁSTICO DESCARTÁVEL, COM CÂNULA RETAL PREVIAMENTE LUBRIFICADA, COM VÁLVULA DE SEGURANÇA, CONTENDO 130ML. ENEMA PRONTO USO. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | FRASCO 130ML | 200 | R\$ 8,59 |
| 63 | PKU 3 NUTRI CONCENTRATED | PKU NUTRI CONCENTRATED 3 - ALIMENTO EM PÓ PARA O MANEJO DIETÉTICO DE CRIANÇAS EM DIETAS COM RESTRIÇÃO DE FENILALANINA; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | LATA 500 GRAMAS | 52 | R\$ 400,00 |
| 64 | Posprand 1mg | POSPRAND 1MG. REPAGLINIDA 1MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 30 COMP | 50 | R\$ 36,52 |
| 65 | PROCORALAN 5MG | PROCORALAN 5MG. IVABRADINA 5MG. ARESENTAÇÃO EM CAIXA COM 28 CPMPRIMIDOS; VIA ORAL; PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA C/ 56 CPS | 14 | R\$ 40,56 |
| 66 | Puran T4 62,5mg | PURAN T4 62,5MG. LEVOTIROXINA SÓDICA 62,5MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 30 COMP | 14 | R\$ 7,70 |



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

dos Trope¹^{co} PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º82

| 67 | REDOXON 200MG/ML - GOTAS | REDOXON 200MG/ML. AC. ASCÓRBICO. ARESENTAÇÃO EM FRASCO DE 20 ML; VIA ORAL; PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | FRASCO DE 20ML | 30 | R\$ 13,16 |
|----|--|--|---------------------------|----|------------|
| 68 | Resolor 1MG | RESOLOR 1MG. PRUCALOPRIDA 1MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS REVESTIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 28 COMP | 15 | R\$ 149,96 |
| 69 | Retemic 5mg | RETEMIC 5MG. CLORIDRATO DE OXIBUTININA 5MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 30 COMP | 15 | R\$ 19,00 |
| 70 | Selozok 100mg | SELOZOK 100MG. METROPOLOL 100MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 30 COMP | 30 | R\$ 51,61 |
| 71 | Seretide 25+125 mcg | SERETIDE 25+125MCG PROPIONATO DE FLUTICASONA + XINAFOATO DE SALMETEROL 25 + 125MCG. FORMA DE APRESENTACAO EM SPRAY PARA ASPIRAÇÃO EM FRASCO CONTENDO 120 DOSES. VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | FRASCO/SPRAY 120 DOSES | 14 | R\$ 76,86 |
| 72 | Seretide 25+250mcg | SERETIDE 25+250MCG PROPIONATO DE FLUTICASONA + XINAFOATO DE SALMETEROL 25 + 250MCG. FORMA DE APRESENTACAO EM SPRAY PARA ASPIRAÇÃO EM FRASCO CONTENDO 60 DOSES. VIA ORAL. PRÁZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | FRASCO/SPRAY 60 DOSES | 14 | R\$ 108,06 |
| 73 | SINGULAIR BABY - 4MG - SACHÊ | SINGULAIR BABY 4 MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 SACHES; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA C/30 SACHÊS | 12 | R\$ 117,90 |
| 74 | SUPOSITÓRIO DE GLICERINA - USO PEDIATRICO | SUPOSITÓRIO DE GLICERINA - PEDIÁTRICO. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 24 UNIDADES; VIA RETAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA C/ 24 UNIDADES | 20 | R\$ 43,50 |



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

dos Trope¹^{co} PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º82

| 75 | Thyrogen 1,1mg injetável | THYROGEN 1,1MG INJETÁVEL. TIROTROPINA ALFA. PÓ LIÓFILO INJETÁVEL COM 1,1 MG. EM EMBALAGEM COM 2 FRASCOS. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGÁ DO PRODUTO. | EMBAL. COM 2 FRASCOS | 10 | R\$ 3.416,26 |
|----|---------------------------------|--|--------------------------------------|-----|--------------|
| 76 | Topamax 100mg | TOPAMAX 100MG. TOPIRAMATO 100MG.FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 60 COMPRIMIDOS REVESTIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGÁ DO PRODUTO. | CAIXA COM 60 COMP | 25 | R\$ 292,09 |
| 77 | Trayenta 5mg | TRAYENTA 5MG. LINAGLIPTINA 5MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS REVESTIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 30 COMP | 14 | R\$ 133,88 |
| 78 | Trok - N pomada | TROK-N POMADA. CETOCONAZOL + DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + SULFATO DE NEOMICINA 20+0,5+2,5MG. FORMA DE APRESENTAÇÃO EM BISNAGA DE 30G. USO TÓPICO. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | BISNAGA COM 30G | 30 | R\$ 17,01 |
| 79 | VALPAKINE 200MG/ML - 40ML | VALPAKINE 200MG/ML. FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO SOLUÇÃO ORAL DE 40ML; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | FRASCO DE 40ML | 60 | R\$ 8,90 |
| 80 | Xarelto 15mg | XARELTO 15MG. RIVAROXABANA 15MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS REVESTIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGÁ DO PRODUTO. | CAIXA COM 28 COMP | 20 | R\$ 154,71 |
| 81 | Xarelto 20mg | XARELTO 20MG. RIVAROXABANA 20MG. FORMA DE APRESENTACAO EM CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS REVESTIDOS; VIA ORAL. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | CAIXA COM 28 COMP | 120 | R\$ 154,71 |
| 82 | Xolair 150MG | XOLAIR 150MG. OMALIZUMABE 150MG. APRESENTAÇÃO EM FORMA DE FRASCO/AMPOLA. PÓ PARA SÓLUÇÃO INJETÁVEL VIA SUBCUTÂNEA. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 12 MESES; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE. OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO LABORATORIAL NA ENTREGA DO PRODUTO. | EMBAL. COM 1 FR/AMP + DILUENTE | 30 | R\$ 1.607,82 |



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS COMISSÃO DE LICITAÇÕES

dos Trope¹¹⁰ PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA

DADOS DO LICITANTE:

| Denomi | nação: | | CNPJ: | | | | |
|-----------------|-----------------------|----------------|-----------------------------------|-------------------|--------------|------------------------|--|
| Endereç | 0: | | | | | | |
| CEP: | , | Fone: | | E-mail: | E-mail: | | |
| DADOS | S BANCAR | IOS (caso seja | a vencedora do certame): | | | | |
| DOS IT | TENS: | | | | | | |
| ITEM | QTDE – 12 MESES | UNIDADE | DESCRIÇÃO DO PROI <u>MARCA</u> | DUTO / Valor | Unitário | Valor Total | |
| • | • | • | | | R\$ | R\$ | |
| • | • | • | | | | | |
| | | | | | | | |
| • | • | • | | | R\$ | R\$ | |
| • | • | • | | | | | |
| • | • | • | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | Volo | or Total | | R\$ xxx | , (vvv) | |
| | | v alu | or rotar | | ΙΦ ΑΑΣ | A (AAA) | |
| Condiçã | ses de pagan | nento: | | | | _ | |
| Validad | e da propost | a: | | | | _ | |
| Prazo de | e entrega do | s produtos: | | | | - | |
| DECLA | NPO que a | nronosta an | resentada atende todas as | aspacificações ex | vicidae nac | ta adital da licitação | |
| | | | 2017 – Processo 367/2017. | especificações ez | Aigidas iics | ie editai de neitação | |
| | | | | | | | |
| DECLA licitado. | | preço acima | indicado contempla todos | os custos diretos | e indiretos | s referentes ao objeto | |
| | | | , em d | Δ. | de 201 | 7 | |
| | | | , cm u | · | dc 201 | | |
| | | | Assinatura do represe | ntante legal | | | |
| Nome d | o representa | nte legal: | | | | | |
| RG do r | representante | e legal: | | | | | |
| | | | | | | | |



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

ANEXO III- MODELO DE CREDENCIAMENTO

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro Prefeitura Municipal de Cerquilho Rua Engenheiro Urbano Pádua de Araújo, 28 – Centro – Cerquilho/SP Ref. Pregão Presencial nº 51/2017

| Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº, pelo órgão, e do CPF/MF nº, a participar da licitação instaurada pelo Município de Cerquilho, na modalidade de Pregão, sob o nº 51/2017, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, CNPJ nº, bem como formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances |
|---|
| negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, enfim praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. |
| Local e data. |
| Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa (firma reconhecida) |
| Nome do dirigente da empresa |

Obs:Caso o Contrato Social ou o Estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

| Eu | (nome completo), RG n° |
|---------------------|---|
| , | representante legal da |
| (denominação da pe | essoa jurídica), CNPJ nº, DECLARO, sob as penas da Lei, que a |
| | lenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento |
| | regão nº 51/2017, realizado pela Prefeitura Municipal de Cerquilho, inexistindo |
| | ditivo de sua participação neste certame. |
| | rate of the same programmer. |
| | (|
| | (município), em de de 2017 |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | Assinatura do representante legal |
| | |
| | |
| | |
| Nome do representa | nte legal: |
| RG do representante | e legal: |



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (quando for o caso)



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 - PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

| Eu, | (no. | me comp | leto), repre | sentante legal da |
|-----------------------------------|----------------------------------|-------------|--------------|-------------------|
| empresa | (nome | da pesso | oa jurídica) | , interessada em |
| participar do Pregão Presencial i | nº 51/2017, da Prefeitura Muni | cipal de C | Cerquilho, D | DECLARO, sob as |
| penas da Lei, que, nos termos d | lo § 6° do artigo 27 da Lei nº | 6544, de | 22 de nov | embro de 1989, a |
| | (nome da pe | essoa juríd | lica) encont | ra-se em situação |
| regular perante o Ministério do 7 | Trabalho, no que se refere à obs | servância (| do disposto | no inciso XXXIII |
| do artigo 7º da Constituição Fede | ral. | | | |
| | | | | |
| | (município), em de _ | | de | 2017 |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| - | Assinatura do representante l | legal | | |
| | Assinatura do representante i | legai | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| Nome do representante legal: | | | | |
| RG do representante legal: | | | | |



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º 82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

ANEXO VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO N.º ____/2017 – ATA CONTRATO N.º ____/2017 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 367/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017 DATA: ____ / ____/ 2017

Entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO, inscrita no CNPJ/MF sob n° 46.634.614/0001-26, estabelecida na Rua Eng° Urbano Pádua de Araújo, n° 28, na cidade de Cerquilho, Estado de São Paulo, representada neste ato por seu Prefeito Municipal Aldomir José Sanson, brasileiro, portador do RG n° xxx, inscrito no CPF/MF n° xxx, residente e domiciliado nesta cidade de Cerquilho, na Rua xxx, doravante chamada simplesmente de PREFEITURA, e razão social da detentora, inscrita no CNPJ n.º xxx, com sede em endereço, representada neste ato por representante legal da detentora (e qualificação), doravante chamada simplesmente de DETENTORA, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos da lei nº 8666/93 e 10520/02, dos Decretos nº 47.297, de 06/11/2002, e onde couber os Decretos nº 47.945, de 16/07/2003, nº 51.809, de 16/05/2007 e Decreto Municipal Para Sistema de Registro de Preços nº 2.512 de 01/07/2010, bem como do edital de Pregão nos autos do processo em epígrafe, conforme cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA 1 – OBJETO

1.1 Constitui objeto desta **ATA** o **REGISTRO DE PREÇOS** para fornecimento parcelado de medicamentos para atender aos mandados judiciais, conforme processos especificados abaixo, para a Assistência Farmacêutica Municipal.

1.2 Dos Processos:

| | PROCESSOS №. | | | | | |
|----|---------------------------|----|---------------------------|----|---------------------------|--|
| 1 | 1002027-57.2016.8.26.0137 | 18 | 1001299-16.2016.8.26.0137 | 35 | 1000130-91.2016.8.26.0137 | |
| 2 | 1002347-10.2016.8.26.0137 | 19 | 0001261-89.2014.8.26.0137 | 36 | 0000284-97.2014.8.26.0137 | |
| 3 | 1002061-32.2016.8.26.0137 | 20 | 137.01.2012.002410-8 | 37 | 0000913-08.2013.8.26.0137 | |
| 4 | 1000151-04.2015.8.26.0137 | 21 | 137.01.2010.004119-3 | 38 | 0001223-14.2013.8.26.0137 | |
| 5 | 1001880-31.2016.8.26.0137 | 22 | 137.01.2010.0043338-7 | 39 | 3003264-97.2013.8.26.0137 | |
| 6 | 0000714-44.2017.8.26.0137 | 23 | 0000363-42.2015.8.26.0137 | 40 | 3000659-81.2013.8.26.0137 | |
| 7 | 137.01.2010.003180-9 | 24 | 0000526-56.2014.8.26.0137 | 41 | 1000319-35.2017.8.26.0137 | |
| 8 | 1000804-06.2015.8.26.0137 | 25 | 0003915-20.2012.8.26.0137 | 42 | 137.01.2010.002946-1 | |
| 9 | 3001553-57.2013.8.26.0137 | 26 | 1000862-09.2015.8.26.0137 | 43 | 1000025-51.2015.8.26.0137 | |
| 10 | 1583/2006 | 27 | 1000978-78.2016.8.26.0137 | 44 | 137.01.2011.002938-1 | |
| 11 | 100518-91.2016.8.26.0137 | 28 | 137.01.2011.000090-0 | 45 | 137.01.2012.001235 | |
| 12 | 0001737-93.2015.8.26.0137 | 29 | 1000734-86.2015.8.26.0137 | 46 | 116-40.2015.8.26.0137 | |
| 13 | 0001101-64.2014.8.26.0137 | 30 | 0000908-15.2015.8.26.0137 | 47 | 1000218-32.2016.8.26.0137 | |
| 14 | 0003291-75.2012.8.26.0137 | 31 | 1002375-75.2016.8.26.0137 | 48 | 1000519-42.2017.8.26.0137 | |



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 - PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º 82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

| 15 | 0001369-21.2014.8.26.0137 | 32 | 0001814-39.2014.8.26.0137 | 49 | 0001432-41.2017.8.26.0137 |
|----|---------------------------|----|---------------------------|----|---------------------------|
| 16 | 0001234-77.2012.8.26.0137 | 33 | 1002139-26.2016.8.26.0137 | 50 | 1001034-14.2016.8.26.0137 |
| 17 | 137.01.2010.0044305-8 | 34 | 3003018-04.2013.8.26.0137 | 51 | 1001740-60.2017.8.26.0137 |

1.3 Obriga-se a DETENTORA a fornecer os medicamentos em que foi vencedora conforme tabela abaixo, e obedecidas as especificações e exigências constantes no documento "ANEXO I - DESCRITIVO DOS PRODUTOS", integrante do Edital de Pregão nº 51/2017.

| ITEM | QTDE. | DESCRIÇÃO | MARCA | VALOR UNITÁRIO |
|------|-------|-----------|-------|-------------------|
| ••• | ••• | | ••• | ••• |

- 1.4 A DETENTORA se responsabilizará pelos encargos sociais referentes à comercialização e pelo frete do material, não acarretando qualquer custo ou despesa adicional à PREFEITURA.
- 1.5 A DETENTORA da presente ATA comprometer-se-á a **entregar os medicamentos no máximo** 05 (cinco) dias úteis após a emissão do Pedido de Compras (Autorização de Fornecimento) na Farmácia Municipal da Policlínica Municipal CAFI, localizada na Av. Corradi II, 200 Subsolo Centro, das 07h30min às 16h00min. Os referidos itens serão conferidos e, se achados irregulares, devolvidos a empresa, que terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para substituir os medicamentos rejeitados.
- 1.5 A entrega será nos termos do art. 73 e seguintes da Lei 8666/93.

CLÁUSULA 2 – DA VIGÊNCIA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA 3 – DOS PREÇOS E DOTAÇÃO

- 3.1 Os preços unitários são os constantes no registro, totalizando o valor de R\$ _____ (____).
- 3.2 Os pagamentos dar-se-ão em até 30 (trinta) dias, após a emissão das Notas Fiscais, sendo feito somente através da conta corrente da DETENTORA, valendo como recibo o comprovante de depósito.
- 3.3 A despesa onerará os recursos orçamentários e financeiros das seguintes dotações orçamentárias, consignada aos orçamentos vigentes: 10.301.0004-3.3.90-30 Material de Consumo Fontes de Recursos: 1 (Próprio), 2 (Estado), 5 (Federal) Fundo Municipal da Saúde.

CLÁUSULA 4 – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA

- 4.1 Fornecer, nas condições previstas no Edital de Pregão nº 51/2017 e nesta Ata, os produtos objetos deste ajuste.
- 4.2 A DETENTORA entregará todos os produtos relacionados em sua Proposta de Preços pelos quais saiu vencedora, integrante do processo de licitação modalidade Pregão nº 51/2017, após emissão do Pedido de Compras e a contar da solicitação do setor competente, a partir da data de assinatura deste ajuste.



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 – PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º 82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

- 4.3 A DETENTORA sujeitar-se-á à fiscalização dos produtos no ato da entrega, reservando-se à Prefeitura Municipal o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias, baseado nos termos da proposta apresentada e demais condições constantes no processo licitatório. A DETENTORA se sujeita a acatar as decisões da equipe fiscalizadora, quanto à regularidade da entrega.
- 4.4 No ato das entregas, caso os produtos sejam recusados, os mesmos serão devolvidos, devendo a DETENTORA efetuar a reposição de acordo com o estabelecido pela Assistência Farmacêutica Municipal.
- 4.5 Correrão por conta e risco da DETENTORA todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos inclusive como que disser respeito às exigências das autoridades fiscalizadoras competentes e outras resultantes do fornecimento.
- 4.6 A DETENTORA deverá comprovar, no momento da entrega dos medicamentos, a identidade e qualidade de cada lote, mediante laudo técnico de análise dos medicamentos, emitidos pelo fabricante/detentor do registro e/ou laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analítico-Certificadores em Saúde REBLAS. O Laudo de Análise deve ser apresentado para cada lote a ser fornecido.
- 4.7 Os medicamentos deverão, em cumprimento ao disposto na Resolução SS 300, de 17/05/94, conter em suas embalagens, de forma visível, os seguintes dizeres: "PRODUTO A VENDA NO COMÉRCIO".
- 4.8 O prazo de validade dos medicamentos deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de entrega.
- 4.9 Todos os medicamentos serão verificados quanto aos seguintes requisitos:
 - a) Embalagem o medicamento deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde.
 - b) Rotulagens e Bulas todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem ter constados, nos rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com a Legislação Sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.
 - c) Responsável Técnico As embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada.
 - d) Lote O número dos lotes deve estar especificado na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue.
- 4.10 A DETENTORA deverá manter, durante toda a vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA 5 – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA PREFEITURA

- 5.1 Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.
- 5.2 Indicar o funcionário responsável pelo acompanhamento deste Registro de Preços: o representante designado será xxxx.
- 5.3 Permitir acesso dos funcionários da DETENTORA ao local determinado para entrega.



SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 - PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º 82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

5.4 Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade no fornecimento do produto.

CLÁUSULA 6 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 6.1 Os pagamentos serão efetuados até trinta dias após a emissão das Notas Fiscais, com base nas entregas dos materiais e nos preços registrados no Pregão Presencial n.º 51/2017, sendo feito somente através da conta corrente da DETENTORA, valendo como recibo o comprovante de depósito.
- 6.2 A PREFEITURA reserva-se o direito de descontar de pagamentos devidos à DETENTORA, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais.
- 6.3 A DETENTORA não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar os possíveis atrasos de pagamentos, no tempo previsto no Art. 78, Inciso XV da Lei Federal Nº 8.666/93.
- 6.4 No caso de se constatar vícios ou defeitos decorrentes do material fornecido pela DETENTORA, o valor correspondente ao material viciado será descontado do Documento Fiscal que será encaminhado para pagamento.
 - 6.4.1O prazo para pagamento do valor correspondente ao material viciado será interrompido, até que a DETENTORA o corrija.

CLÁUSULA 7 – PENALIDADES: MULTAS E SANÇÕES

7.1 Caso a DETENTORA deixe de cumprir quaisquer obrigações assumidas, infrinja os preceitos legais ou contra fraudes, por qualquer meio o presente Contrato, ficará sujeita à multa de até dez por cento (10%) do total contratado descrito na Cláusula 3, de conformidade com a gravidade da infração, bem como as demais sanções previstas nos artigos 86 e 87, da Lei Federal N.º 8.666/93 e suas alterações, e artigo 7º da Lei 10520/02. Fica estabelecido o percentual de um por cento (1%) ao mês como juros legais, sobre o total contratado.

CLÁUSULA 8 – DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO

- 8.1 A inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na cláusula anterior e das demais consequências previstas em lei ou regulamento, enseja a sua rescisão por ato unilateral e escrito da PREFEITURA, independentemente de notificação prévia devendo o ato ser formalmente motivado nos autos do processo e estando assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.2 É justo motivo para a rescisão deste ajuste a ocorrência das situações previstas no artigo 78, incisos I a XVII e respectivos parágrafos da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94, arcando, a parte que der causa à rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento;
- 8.3 A DETENTORA reconhece os direitos da PREFEITURA em rescindir administrativamente este ajuste, conforme previsão do artigo 77 da Lei nº 8.666/93, atualizada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98.
- 8.4 Além de outras penalidades que possam ser cabíveis, a PREFEITURA poderá aplicar à DETENTORA as penalidades previstas no artigo 87 e seguintes da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

Quade das Rosas dos Tropeiros

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO

SECRETARIA DE FINANÇAS - DIRETORIA DE COMPRAS **COMISSÃO DE LICITAÇÕES**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2017 - PROCESSO N.º 367/2017

EDITALN.º 82

Sob a regência da lei de licitações Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 E suas alterações introduzidas pela lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. – 09/06/94

CLÁUSULA 9 – VINCULAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

9.1 A DETENTORA tem pleno conhecimento de todos os itens e anexos expressos no respectivo Pregão Presencial nº 51/2017, a eles se obrigando como se neste estivessem transcritos, inclusive quanto à obrigatoriedade de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 55, inc. XIII, da Lei 8.666/93 com suas alterações.

CLÁUSULA 10 – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1 Os direitos e responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas deste ajuste e do regime de direito público a que está submetida, na forma da legislação de regência.
- 10.2 A existência de preços registrados NÃO obriga a PREFEITURA a firmar as contratações que deles poderão advir.

CLÁUSULA 11 – FORO

11.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Cerquilho/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas que possam surgir na execução do presente Contrato.

E por estarem as partes de pleno acordo em tudo quanto se encontra disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, destinando-se uma via para cada uma das partes interessadas.

Cerquilho, x de x de 2017.

Aldomir José Sanson Prefeito Municipal

RAZÃO SOCIAL

Detentora

| TESTEMUNHA | S: |
|------------|----|
|------------|----|

1-

2-